



Pauta econômica é prioridade do Senado, afirma Eunício

Marcos Brandão/Senado Federal



Eunício destaca propostas que serão priorizadas: foco do Senado são projetos que podem ajudar o Brasil a voltar a crescer

Presidente da Casa garantiu que atuação está focada em propostas que estimulem o crescimento da economia do país, gerando empregos e renda

Uma pauta econômica que promova o desenvolvimento do Brasil e estimule a criação de empregos e a geração de renda é a prioridade do Senado, disse ontem Eunício Oliveira. “No que depender do Senado e do Congresso, vamos colocar toda a nossa energia para que o país volte a crescer e a dar oportunidade às pessoas”, afirmou.

O presidente do Senado garantiu que a Casa também dará continuidade à votação de propostas que ajudem a resolver problemas da sociedade e do

dia a dia das pessoas. Um exemplo dessa atuação, segundo ele, é o projeto que agiliza a adoção de crianças, aprovado pelos senadores na quarta-feira.

Ele também destacou a aprovação da proposta que dá mais poder ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários para combater crimes contra o sistema financeiro. Sobre a reforma da Previdência, Eunício afirmou que a questão agora é prioridade da Câmara dos Deputados, e que o Senado tem outras pautas importantes no momento. **3**

Patente demora por falta de recursos, diz presidente do INPI

Falta de servidores e bloqueio de verbas federais atrasam as concessões de patentes no Brasil, disse o presidente do Instituto Nacional

da Propriedade Industrial, Luiz Pimentel, na Comissão de Desburocratização. Aqui são 12 anos e meio, enquanto no Japão, apenas 11 meses. **8**

Jefferson Ruy/Agência Senado



Relator da Comissão, Antonio Anastasia (C) ouve Pimentel, presidente do INPI

Gerardo Magela/Agência Senado



Andreia Salles de Souza fala em audiência, presidida por Sérgio Petecão (C), sobre a liberação do cultivo doméstico

Regulação da maconha: especialistas divergem

Os convidados de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para subsidiar a análise de uma sugestão legislativa que propõe liberar o cultivo doméstico de maconha chegaram a apenas um consenso: o uso medicinal deve ser permiti-

do e regulamentado. Já com relação ao uso recreativo, os debatedores discordaram da eficiência da medida para reduzir a violência e combater o crime organizado. Vários especialistas ressaltaram que a guerra contra as drogas está sendo perdida. **5**

Comissão ouve críticas e elogios ao Mais Médicos

Uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais debateu o Programa Mais Médicos. Professores e pesquisadores disseram que a contratação de cubanos aumentou a cobertura dos serviços de saúde, especial-

mente para a população de municípios mais distantes. Representantes de associações médicas criticaram os estrangeiros, que teriam cometido erros, quase sempre ligados a protocolos de medicina do país. **6**

Pedro Franco/Agência Senado



Lidice conversa com o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira dos Santos, durante o debate

Aprovados acordos Brasil-Zâmbia e Brasil-São Vicente

O Plenário do Senado aprovou ontem dois acordos de cooperação educacional e de desenvolvimento científico do Brasil com a Zâmbia, no sul da África, e com São Vicente e Granadinas, no Caribe. **3**

Permanência do Fundeb mobiliza professores no RS

Evento na Assembléia Legislativa gaúcha debateu proposta de emenda à Constituição que torna permanente o Fundeb, em nova etapa de ciclo de audiências da Comissão de Desenvolvimento Regional. **8**

Vai à sanção projeto que cria o Dia do Ciclista **3**

Nova Lei Kandir pode ser votada em novembro **4**

Jane de Araújo/Agência Senado



Eunício fala na abertura do evento: integração dará "mais eficiência e eficácia" às ações de diversos órgãos públicos

Presidente do Senado defende integração no controle público

Evento promovido pelo Tribunal de Contas da União reúne várias instituições públicas e associações de servidores e deve debater as boas práticas na administração pública e nos tribunais de Contas

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, participou ontem da cerimônia de abertura do 1º Fórum Nacional de Controle, em Brasília. O evento tem o objetivo de integrar as várias instituições de controle externo e interno com foco no desenvolvimento de atividades de capacitação e de ações integradas, na proposição de legislação e no compartilhamento de boas práticas.

— A relevância deste evento salta aos olhos quando se observa a variedade de instituições, autoridades e servidores da área de controle envolvidos, bem como a participação de entidades representativas dos municípios brasileiros. Essa interação será, certamente, muito positiva para o aprimoramento e a capilarização das ações de controle — afirmou Eunício.

Na programação, está o debate sobre temas relacionados às boas práticas na administração pública e nos tribunais de Contas. O fórum destacará também o resultado de auditorias coordenadas. Esse tipo

de trabalho, em conjunto com diferentes instituições, oferece uma compreensão mais abrangente, no nível nacional, das políticas públicas cujas atividades de formulação, planejamento e implementação estão compartilhadas entre diferentes níveis de governo.

— A integração dos diversos órgãos de todas as esferas de poder é um objetivo ambicioso, pois dará mais eficiência e eficácia às ações de controle, tornando-as cada vez mais efetivas. Além da integração, é inegável que o trabalho conjunto dos órgãos de controle com as demais áreas da administração pública é extremamente saudável e necessário — disse o presidente do Senado.

Eunício Oliveira aproveitou a ocasião para destacar a efetividade do sistema de controle do Senado.

— A Casa tem órgão de auditoria desde 1972. A partir de 1993, o órgão responsável pela nossa auditoria passou a ser a Secretaria de Controle Interno, que tem como obje-

tivo prestar assessoramento ao presidente e aos demais integrantes daqueles altos colegiados, sendo, portanto, uma unidade independente da administração. A equipe é composta de servidores efetivos. Graças ao empenho das sucessivas direções da Casa e ao bom trabalho dos agentes de controle interno e dos nossos servidores, todas as prestações de contas do Senado Federal têm sido julgadas regulares pelo Tribunal de Contas da União desde 1967 — explicou Eunício.

O 1º Fórum Nacional de Controle é idealizado pelo TCU em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), o Instituto Rui Barbosa, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas, a Confederação Nacional de Municípios, a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas, o Conselho Nacional de Controle Interno e a Frente Nacional dos Prefeitos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Em evento, Casa apresenta carreira de Ruy Barbosa

O Senado está participando da exposição Colecionar 2017, que se encerra neste domingo, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O evento traz diversas classes de colecionismo, como selos, moedas, carros, orquídeas e artesanato. O estande do Senado apresenta uma coleção sobre Ruy Barbosa.

Estão expostos documentos pertencentes à coleção de Luiz Viana Filho — que ocupou os cargos de governador, deputado e senador da Bahia —, adquirida pelo Senado em 1997 e composta de 11 mil volumes com obras de cunho político e sobre questões de estabelecimento das fronteiras.

Viana Filho admirava Ruy Barbosa e colecionava documentos e publicações sobre o diplomata e político.

Segundo a coordenadora da Biblioteca do Senado, Mônica Rizzo, o estande explora a carreira de Ruy Barbosa com fotos, documentos, notícias e charges da época.

As peças foram tratadas pela Coordenação de Publicidade e Marketing (Comap) e reproduzem exemplares do acervo da biblioteca. Por QR code, o visitante pode acessar o arquivo digital do catálogo das coleções.

— Apresentamos aspectos relevantes, como a participação de Ruy Barbosa na luta pela abolição, na elaboração da Constituição de 1891 e na diplomacia — enumerou Mônica.

Aguirre Estorilio, da Secretaria de Relações Públicas (SRP), conta que servidores da Secretaria de Gestão de Informação

e Documentação (Sgidoc) e da SRP participaram de um treinamento para atender os visitantes da Colecionar 2017.

A participação do Senado na Colecionar 2017 foi coordenada pela Sgidoc e pela Secretaria de Comunicação Social (Secom), com o apoio da Diretoria-Geral (Dger). A seleção de textos e a curadoria são de Mônica Rizzo.

O projeto expográfico ficou a cargo da Comap e da Secretaria de Infraestrutura (Sinfra). A pesquisa e a digitalização foram feitas pelas Coordenações de Arquivo (Coarq) e de Biblioteca (Cobib), enquanto a Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf) fez a impressão e a plotagem. A Secretaria de Patrimônio (SPATR) prestou apoio com transporte.

Plenário fará sessão pelos 500 anos da Reforma Protestante

O Senado celebrará os 500 anos da Reforma Protestante em sessão especial nesta segunda-feira, às 11h. O aniversário da reforma é comemorado em 31 de outubro. O pedido de realização da sessão foi dos senadores José Medeiros (Pode-MT) e Paulo Bauer (PSDB-SC), além de outros 11 senadores assinantes.

Foram convidados para a sessão integrantes da Igreja Presbiteriana do Brasil.

A Reforma Protestante se iniciou em 1517, quando o monge Martinho Lutero expôs suas 95 teses na porta da igreja do Castelo de Wittenberg, na Alemanha. Lutero propunha um debate religioso listando pontos de discordância com a doutrina católica.

O movimento protestante ganhou grandes proporções

e se espalhou pela Europa, chegando mais tarde a todos os continentes. Em resposta, a Igreja Católica promoveu em 1653 a Contrarreforma, com o objetivo de unificar a fé religiosa.

A Reforma Protestante permitiu o surgimento de novos ramos do cristianismo que se manifestaram nas religiões luterana, na Alemanha, anglicana, na Inglaterra, e calvinista, na França e na Suíça. Mais tarde, surge a Igreja Metodista, no Reino Unido, e as religiões pentecostais e neopentecostais, que se popularizaram nos Estados Unidos e no Brasil.

Segundo os senadores que assinaram o requerimento da sessão especial, a atitude de Lutero deu início a um "movimento que transformou a forma de pensar de grande parcela da sociedade".

Rádio Senado apresenta especial "Halloween e folclore brasileiro"

A Rádio Senado apresenta neste fim de semana o programa *Reportagem Especial* com o tema "Halloween e folclore brasileiro". Com conteúdo inédito em relação à série veiculada durante a semana no programa *Conexão Senado*, a reportagem trata da importância das tradições milenares e dos saberes tradicionais para as sociedades.

Entre os entrevistados da reportagem estão o psicólogo Fábio Appolinário (do Instituto de Psicologia Positiva & Comportamento), a jornalista Januária Cristina (autora de *Abecedário de Personagens do Folclore Brasileiro*) e o quadrinista Ikarow (autor de *A Bruxa e Rio Negro — o horror habita no coração da Amazônia*).

Também foram ouvidos para a reportagem os senadores José Serra (PSDB-SP),

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Fátima Bezerra (PT-RN), Jorge Viana (PT-AC) e João Capiberibe (PSB-AP), que falaram sobre a importância de o poder público valorizar os saberes tradicionais.

Durante a semana, o tema foi desenvolvido pela rádio no programa *Conexão Senado*, que apresentou diariamente episódios com cinco minutos de duração. Os programas ainda podem ser ouvidos pela internet.

HALLOWEEN E FOLCLORE BRASILEIRO

Rádio Senado:

- hoje, às 18h
- sábado, às 10h
- domingo, às 17h

Internet (5 episódios):

- <http://bit.ly/ConexaoHalloween1>
- <http://bit.ly/ConexaoHalloween2>
- <http://bit.ly/ConexaoHalloween3>
- <http://bit.ly/ConexaoHalloween4>
- <http://bit.ly/ConexaoHalloween5>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão dedicada aos pronunciamentos dos senadores.

ESTATUTO DO TRABALHO Segurança

9h Debate sobre saúde e segurança no ambiente do trabalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: senado.leg.br/TV

Eunício garante prioridade para pauta econômica

O presidente do Senado disse que medidas que promovam o desenvolvimento do país e gerem emprego e renda são o foco da atuação da Casa neste momento

A PRIORIDADE DO Senado é uma pauta econômica que promova o desenvolvimento do país e traga emprego e renda, disse ontem o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Além disso, afirmou, a Casa também deve dar continuidade à votação de propostas que ajudem a resolver problemas da sociedade e do dia a dia da população, como a recente aprovação do projeto que agiliza o processo de adoção de crianças (PLC 101/2017).

Questionado sobre a expectativa do governo de votação da reforma da Previdência, após a rejeição da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, Eunício afirmou que a proposta está tramitando na Câmara dos Deputados e “tem que ser

prioridade” lá. Ele observou, no entanto, que o tema é polêmico.

— Todos sabem que é preciso fazer algum tipo de ajuste na Previdência para que a gente não fique pagando o rombo. Mas todos sabem também que o momento político não é muito oportuno para alterar pontos que a sociedade brasileira pensa contrariamente. A reforma da Previdência está na Câmara. Tem que ser a prioridade da Câmara, e não do Senado neste momento. Temos outras pautas importantes — disse.

Eleições

Eunício destacou que o Senado “tem que fazer o dever de casa”. Ele lembrou que 2018 será marcado por eleições pre-

sidenciais e disse que a Casa deve aprovar propostas que estimulem o crescimento econômico, independentemente de quem vença a disputa pelo Palácio do Planalto.

— No que depender do Senado e do Congresso, vamos colocar toda a nossa energia para que o país volte a crescer e dar oportunidade às pessoas. Independentemente de o presidente ser Michel [Temer], Lula, [Geraldo] Alckmin ou quem quer que seja. A ideologia aqui é a luta pela melhoria da qualidade de vida das pessoas e para igualar um pouco o desenvolvimento regional.

O senador defendeu, por exemplo, a redução das taxas de juros em financiamentos com dinheiro dos Fundos Constitucionais do Nordeste



Eunício Oliveira destaca propostas que serão priorizadas pelo Senado

Senador defende redução de juros de fundo constitucional

Eunício Oliveira relatou encontro que teve com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, na terça-feira. Dois assuntos foram discutidos, disse o senador: o projeto que cria novas regras para processos administrativos abertos pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários (aprovado pelo Senado na quarta-feira) e o que modifica as taxas cobradas em empréstimos com

recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FCN), a ser enviado à Casa.

Defendida por Eunício, a proposta busca alterar taxas de juros cobradas nos empréstimos com recursos do FCN. Segundo o senador, há casos em que as taxas ficam superiores às aplicadas pelo BNDES, e isso não é viável do ponto de vista do desenvolvimento regional.

O presidente do Senado

explicou também a situação do projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações. Aprovado em 2016 em decisão terminativa da Comissão da Agenda Brasil, o PLC 79/2016 chegou a ser enviado para a sanção presidencial, mas foi objeto de recurso no STF e agora retorna à Casa, por decisão do tribunal. Eunício disse que o texto deve ser distribuído para as comissões técnicas do Senado.

(FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO). A proposta, que ainda não chegou ao Congresso, é discutida entre o Palácio do Planalto e o Banco Central.

— Os bancos não podem cobrar taxas que onerem os fundos constitucionais e privem os fundos de fazer desenvolvimento regional. O Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste têm outro papel, que não é o de ganhar dinheiro, mas o de ajudar no desenvolvimento regional.

Eunício comentou ainda a aprovação pelo Senado, na quarta-feira, do projeto de lei que aumenta o valor de multas e concede mais poderes ao Banco Central e à Comissão

de Valores Mobiliários (CVM) para combater crimes contra o sistema financeiro (PLC 129/2017).

A proposta foi aprovada no Plenário uma semana depois de chegar ao Senado, mas, segundo Eunício, não houve “atropelo” ao Regimento Interno.

— O projeto foi para a Comissão de Assuntos Econômicos e foi pautado. Houve um pedido de vistas, e uma reunião extraordinária aprovou a matéria. Regimentalmente estava tudo correto. O projeto veio para o Plenário, onde foi debatido e discutido. Foram apresentados destaques, e o Plenário definiu o que queria — argumentou.

Aprovada cooperação educacional com Zâmbia e São Vicente e Granadinas

O Plenário aprovou ontem acordos destinados a promover a cooperação educacional entre o Brasil e dois países: a Zâmbia, situada no sul da África, e São Vicente e Granadinas, no Caribe.

Pela Constituição, acordos internacionais que acarretem encargos ou compromissos ao país só entram em vigor após serem referendados pelas duas Casas do Congresso.

No Senado, os textos passaram antes pela Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que deu parecer favorável aos dois tratados agora confirmados em Plenário.

Celebrado em 2010, o acordo com a Zâmbia (PDS 166/2017) estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os dois países com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis e modalidades. Para tanto, os governos poderão

promover intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de graduação e pós-graduação.

Um dos dispositivos traz ainda a possibilidade do estabelecimento de um sistema de bolsas ou facilidades para o aperfeiçoamento acadêmico e profissional de pesquisadores e estudantes. Os países também assumem o compromisso de difundir sua cultura e sua língua.

A Zâmbia tornou-se independente do Reino Unido em 1964. Possui território de 753 mil quilômetros quadrados e população de 16 milhões de habitantes.

O acordo de cooperação educacional entre o Brasil e São Vicente e Granadinas (PDS 165/2017) foi assinado em 2010. O acordo bilateral determina que os dois países vão “estimular a cooperação educacional e o desenvolvimento científico, de modo

a contribuir para o melhor entendimento mútuo”.

O texto prevê o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, além de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios da Educação dos dois países. A cooperação pode abranger a realização de estudos de pós-graduação e a elaboração conjunta de projetos de pesquisa.

São Vicente e Granadinas é formado por ilhas que somam 389 quilômetros quadrados.

Vai para sanção proposta que estabelece 19 de agosto como Dia Nacional do Ciclista

Dia 19 de agosto pode se tornar o Dia Nacional do Ciclista. É o que diz o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 76/2017, que foi aprovado pelo Plenário ontem e vai para a sanção presidencial. O texto, do deputado Lúcio Vale (PR-PA), tem a intenção de promover a paz no trânsito, o uso da bicicleta e a mobilidade sustentável.

O dia escolhido é uma homenagem ao ciclista Pedro Davison, que morreu em 19 de agosto de 2006, ao ser atropelado quando pedalava em Brasília. O deputado ressaltou que a ONG Rodas da Paz, criada pelos pais de Davison, propôs a

data e movimentou a sociedade na luta contra a violência no trânsito.

O relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Cristovam Buarque (PPS-DF), explicou por que é importante ter uma data para os ciclistas.

— O dia do ciclista vai permitir uma reflexão não só sobre a segurança do ciclista, mas também sobre a importância da bicicleta como meio de transporte do futuro — afirmou.

Lindbergh Farias (PT-RJ) apoiou:

— Temos que pensar uma cidade diferente e não ficar preso no paradigma do carro.

Comenda Zilda Arns vai premiar pessoas e instituições dedicadas a crianças e jovens

O Plenário aprovou ontem um projeto de resolução do Senado que institui a Comenda Zilda Arns. O prêmio é destinado a agraciar pessoas ou instituições que desenvolvam ações para a proteção da criança e do adolescente. O PRS 30/2015, de Fernando Collor (PTC-AL), vai para a promulgação.

A Comenda Zilda Arns será conferida anualmente a cinco pessoas, empresas ou instituições, em sessão especial do Senado. Collor propôs que a indicação à comenda seja feita pelos senadores e acompanhada das explicações contendo os méritos do indicado.

Na justificativa do projeto, o senador cita que, no Brasil, como expoente das lutas em defesa dos jovens e das crianças, destacou-se Zilda Arns. Ela morreu em 2010, vítima do terremoto que assolou a capital do Haiti, Porto Príncipe, no cumprimento de uma missão humanitária.

Zilda Arns, médica pediatra e sanitária brasileira, irmã de dom Paulo Evaristo Arns, foi fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança. Em 2012, Zilda Arns foi eleita a 17ª maior brasileira de todos os tempos.

Proposta de mudanças na Lei Kandir pode ser votada até fim de novembro

Essa é a intenção do relator, Wellington Fagundes, anunciada ontem na última audiência da comissão mista especial a respeito do tema

O SENADOR WELLINGTON Fagundes (PR-MT), relator da comissão mista que analisa alterações na Lei Kandir, informou que pretende apresentar em 31 de outubro sua proposta sobre o tema. A intenção dele é votar o relatório na semana seguinte para que os Plenários do Senado e da Câmara votem o texto até o fim de novembro.

O colegiado promoveu ontem a última de uma série de audiências sobre o assunto. A comissão foi criada para dar uma solução legislativa a um impasse entre estados e União, surgido após a vigência da Lei Kandir. Aprovada em 1996, a norma isenta do ICMS as exportações de produtos não industrializados.

Regulamentação

Até 2003, os estados tinham garantido o repasse pela União de um valor para compensar as perdas com a isenção. Após mudanças na legislação, este montante deixou de ser fixado, e os governadores passaram a negociar a cada ano com o Executivo federal a quantia a ser repassada.

Em novembro de 2016, numa ação movida pelo Pará

e outras 15 unidades da Federação, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu o prazo de 12 meses para que o Congresso regulamente os repasses dos recursos. Caso isso não ocorra, caberá ao Tribunal de Contas da União calcular e definir as regras.

— O Congresso Nacional tem que normatizar isso para que os governos tenham condições de se planejar. Muitas vezes os administradores fazem um planejamento e ficam sem condições de executar porque a receita não chega — afirmou o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Pedro Alves de Oliveira.

O consultor legislativo do Senado Josué Pellegrini avisou, no entanto, que a tarefa não será fácil. A começar pela dificuldade de calcular as perdas exatas de cada estado.

— Além de encontrar uma fórmula com fundamento econômico para saber com exatidão quanto cada um perde, ainda é preciso convencer a União. O desafio é muito grande, e o tempo é curto. Espero que a comissão consiga resolver — afirmou.



Wellington, relator, e Lúcia Vânia, vice-presidente da comissão especial

Wellington disse que trabalha com sua equipe técnica numa proposta que passe pelo Congresso e seja sancionada depois pelo Poder Executivo.

— A compensação feita hoje aos estados está muito aquém. Não podemos perder essa oportunidade, e o Congresso não pode ser omissivo novamente — afirmou o senador.

Reforma tributária

Para a vice-presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSB-GO), o caminho mais inteligente seria uma reforma tributária. Enquanto isso não ocorre, ela alegou que a Lei Kandir

cumpriu seu papel, mas agora carece de reformulação.

— Quem tem brigado pelas compensações são os governadores, que perdem receita, mas o setor produtivo, principalmente indústria e agropecuária, tem que se entender também. O governo federal faz de conta que paga e o estadual faz de conta que recebe. O desafio do relator é buscar consenso — opinou.

Também participaram dois representantes dos produtores de biodiesel, que defenderam as vantagens do produto e reivindicaram o aumento da mistura no óleo diesel.

Segundo o diretor-superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene, Donizete Tokarski, há 8% de biodiesel no diesel usado nos veículos. Na Indonésia, esse percentual é de 20%; na Argentina e na Colômbia, 10%.

A partir de março, o Brasil chegará aos 10%, e Tokarski pediu apoio dos parlamentares para que essa proporção suba gradualmente, chegando a 20% em 2030.

Projetos em tramitação no Senado sobre o assunto

PROJETO	AUTOR (A)	TRAMITAÇÃO	OBJETIVO
312/2013	Pedro Simon	Parecer favorável na CAE	Determina o cálculo das perdas por estado com fórmula explícita na lei.
288/2016	Wellington Fagundes	Parecer favorável na CAE	Cálculo das perdas por estado feito pelo Confaz e Fazenda.
346/2015	Simone Tebet	Pendente de parecer na CAE	Cálculo das perdas por estado, feito pelo Confaz e Fazenda. Uso da quantia no abatimento do saldo devedor da dívida do estado com a União.
162/2017	Lasier Martins	Pendente de parecer na CAE	Transferência anual de R\$ 8 bilhões aos estados, distribuídos com base nas exportações e créditos tributários. Se as perdas forem maiores, a diferença pode ser usada no abatimento da dívida.

Senadores cobram urgência para projeto sobre trabalho escravo

Senadores cobraram na terça-feira a aprovação do requerimento de urgência para o projeto que suspende a portaria do governo que alterou as regras para a fiscalização do trabalho escravo (PDS 190/2017).

A portaria do Ministério do Trabalho determina, entre outros pontos, que jornadas extenuantes e condições degradantes só sejam consideradas trabalho análogo à escravidão se houver restrição de locomoção do trabalhador.

Uma liminar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a portaria na terça-feira. Apesar de elogiarem a decisão, os senadores que são contrários à mudança nas regras dizem que é preciso aprovar o

projeto. Lindbergh Farias (PT-RJ), um dos autores do texto, fez um apelo em Plenário para que a urgência seja votada. Para ele, o Senado precisa se posicionar.

— Precisamos ler o requerimento de urgência. É fundamental que o Senado decida sobre isso, sustentando aquela portaria.

A aprovação do requerimento de urgência também foi cobrada por Paulo Rocha (PT-PA), outro autor do projeto, e por Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Foi o partido de Randolfe que propôs a ação contra a portaria. Para o senador, o texto do governo “escancarava a possibilidade de trabalho escravo no Brasil” e foi usado como forma de obter votos

favoráveis ao presidente Michel Temer em processo contra ele aberto na Câmara:

— Quero destacar a medida inédita, por parte da ministra Rosa Weber, na concessão dessa liminar. Ela não costuma decidir em sede de liminar ações de descumprimento de preceito fundamental e o fez pela gravidade desse tema.

Decisão histórica

Para Renan Calheiros (PMDB-AL), a decisão da ministra foi oportuna e histórica e desfez o maior de todos os retrocessos, que foi a portaria. O senador acusou o governo de transformar a Câmara dos Deputados num “mercado”.

Antes da portaria, o trabalho, para ser considerado escravo, precisava envolver servidão por

dívida, condições degradantes, jornada exaustiva e trabalho forçado. Com a publicação do documento, passa a ser imprescindível também comprovar a restrição da liberdade de ir e vir.

No projeto que susta a portaria, Lindbergh, Paulo Rocha, Regina Sousa (PT-PI) e Paulo Paim (PT-RS) argumentam que o Código Penal é claro ao tratar do trabalho escravo. Assim, a presença de qualquer um dos quatro elementos, dizem os autores do projeto, define escravidão na contemporaneidade. Eles afirmam que uma portaria, norma infralegal, não tem poder para alterar uma lei.

A liminar também foi comemorada por Ângela Portela (PDT-RR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Amélia (PP-RS).

Cristovam pede mais debate sobre os rumos do país

Cristovam Buarque (PPS-DF) manifestou preocupação com a falta de debate sobre os rumos do país. O senador fez alusão à sua participação na convenção da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, em Vitória, no último fim de semana.

— Ficamos tão concentrados no dia a dia que temos pouca chance de pensar em algo mais longe. De repente, estamos diante de cem pessoas interessadas em debater o futuro da nação, fora do dia a dia. Temos dois problemas hoje que precisamos enfrentar: o da coesão nacional, num país dividido em corporações, e a falta de rumo de longo prazo.

Elmano quer que Casa crie Comissão de Segurança

O aumento da violência no Brasil foi destacado em Plenário ontem por Elmano Férrer (PMDB-PI). Ele citou o PRS 39/2017, de sua autoria, que cria no Senado a Comissão de Segurança Pública, em modelo semelhante ao da Câmara dos Deputados.

Segundo ele, em 2015, ocorreram 60 mil homicídios no país. Elmano defendeu que os políticos se debruce sobre o tema. Ele lembrou que um de cada dez homicídios registrados no mundo ocorre no Brasil, ressaltando que a situação é ainda mais grave no Rio de Janeiro.

Paulo Rocha apoia MPs que alteram setor de mineração

Em discurso em Plenário ontem, Paulo Rocha (PT-PA) destacou a aprovação, em três comissões mistas do Congresso Nacional, de medidas provisórias relacionadas à mineração.

O senador ressaltou a participação nos debates sobre o assunto de parlamentares do Pará e de Minas Gerais, que são os principais estados mineradores do Brasil. O senador disse que as novas regras para o setor contidas nas medidas provisórias criam condições para que a mineração possa contribuir para o desenvolvimento de estados e municípios.

Debate: falta consenso sobre uso da maconha

Convidados da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa divergiram durante debate para subsidiar análise de sugestão legislativa que prevê o uso medicinal

O CULTIVO DE maconha para uso medicinal deve ser liberado no Brasil? E o uso recreativo? A eventual legalização da venda dessa droga pode ajudar a reduzir os índices de criminalidade e desinchar o sistema prisional? Essas foram algumas das perguntas formuladas durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O tema dividiu opiniões em relação a possíveis mudanças nas leis e às consequências que elas podem causar.

O debate foi proposto por Sérgio Petecão (PSD-AC), que relata a sugestão legislativa sobre a descriminalização do cultivo da maconha para uso pessoal (SUG 25/2017), proposta por Gabriel Henrique Rodrigues de Lima, de São Paulo, por meio do Portal e-Cidadania.

Uso medicinal

Único ponto a encontrar convergência no debate foi a liberação do uso medicinal da maconha. Atualmente, apenas a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autoriza o uso de medicamentos à base de substâncias presentes na *Cannabis*, assim como a importação. Enquanto a agência estuda a regulação do cultivo para fins medicinais, decisões da Justiça já autorizaram algumas famílias a plantarem pés de maconha em casa.

Médicos, psicólogos, pedagogos e parentes de pessoas que fazem uso medicinal relataram os benefícios terapêuticos para alguns indivíduos com epilepsia e autismo e defenderam a urgente liberação do cultivo



Relator da sugestão enviada pelo Portal e-Cidadania, Sérgio Petecão (C) quis ouvir vários especialistas antes de emitir seu parecer sobre a questão

para consumo próprio.

Segundo, presidente da Associação de Cannabis e Saúde (Cultive), Cidinha Carvalho, muitas famílias não têm condições de importar remédios do exterior e lutam para conseguir a autorização para cultivar maconha. Ela relatou que muitos médicos ainda não receitam substâncias contidas na erva, o que torna a tarefa ainda mais difícil. Ela observou ainda que existem diversos tipos de maconha e que as reações são diferentes para cada pessoa, por isso é importante a possibilidade de cultivar em casa:

— O cultivo permite melhorar a resposta terapêutica. Bloquear o cultivo para o paciente é a mesma coisa que dar uma sentença de sofrimento ou de morte para ele porque você não está permitindo que ele busque a melhor resposta terapêutica para a dor ou a doença. Cultivar não pode ser crime. Lutar pela vida não pode ser crime.

Apesar de concordar com o uso medicinal da maconha, a jornalista Andreia Salles, que

é membro do Movimento Brasil Sem Drogas, teme que o cultivo caseiro abra brecha para que mais pessoas tenham acesso à droga:

— No Estado do Colorado, a venda da droga é proibida para menores de 21 anos. Mesmo assim, sete em cada dez adolescentes em tratamento contra dependência química admitiram ter usado “maconha medicinal” de outra pessoa e, em média, isso ocorreu 50 vezes por ano.

Prisão

Segundo os defensores da regulamentação da maconha, a atual política de combate às drogas não surtiu o efeito esperado e acabou sendo responsável pelo encarceramento em massa, principalmente de pobres e negros das periferias. É o que sustenta o pedagogo Max Maciel, coordenador da Rede Urbana de Ações Socio-culturais (Ruas). Segundo ele, 69% das pessoas que estão no sistema penitenciário foram presas por portar menos de 200 gramas de entorpecentes, algo que é liberado em vários

países como a Espanha.

— Não se discute que o debate sobre drogas tem um fator de desigualdade social. A guerra às drogas não funcionou. Alguém acha que a gente fabrica cocaína nas periferias? As drogas pousam em fazendas de gente por aí. Voam em helicópteros.

O presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) e secretário-executivo da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, Cristiano Maronna, ressaltou que, em entrevista recente, o traficante Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marquinho VP, afirmou que o narcotráfico financia campanhas políticas no Brasil.

— A quem interessa manter as drogas na ilegalidade? .

Crítica

Em resposta, o vice-presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família, Paulo Fernando Costa, sustentou que a legalização não vai diminuir a criminalidade:

— A legalização não acaba com o crime, força o crime

organizado a sair do tráfico e ir para outra atividade.

O presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil (Fendepol), Rodolfo Queiroz Laterza, admitiu que a atual política de combate às drogas não tem dado certo, mas avaliou que a liberação da maconha não pode ser feita sem investimento na prevenção e no tratamento.

— A descriminalização sem esse tripé, redução de danos, conscientização e prevenção, vai fracassar.

Sem volta

A regulamentação da maconha é, para a professora Andrea Gallassi, da Universidade de Brasília, um caminho sem volta. Ela argumentou que as pessoas usam drogas mesmo proibidas e que a restrição leva ao consumo de produtos sem qualidade e que podem prejudicar mais severamente o cidadão. Andrea concordou que investir em educação e conscientização é a melhor forma de prevenção, citando como exemplo a redução no consumo de cigarros no Brasil.

Lindbergh afirma que Temer comprou votos na Câmara

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), classificou como “vergonhosa” a decisão da Câmara que rejeitou ontem a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer. O petista disse que o resultado “foi fruto de compra de votos”.

— Temer se livrou, mas o fato é que ele é um pato manco. É um presidente sem força alguma para impor reformas. Eles não vão conseguir aprovar a reforma da Previdência. Mais parlamentares começam a ter medo de se associar à imagem de Michel Temer. A eleição está chegando. Quem ficar ligado a ele está perdido .



Marcos Oliveira/Agência Senado

Gleisi: Michel Temer governa para o mercado financeiro

Gleisi Hoffmann (PT-PR) lamentou ontem a “fatídica sessão” da Câmara que arquivou denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer. O presidente, segundo ela, governa para “o mercado financeiro, os ruralistas e os grandes empresários”, grupos que se calaram diante das acusações de corrupção e garantiram a vitória do governo na votação:

— Esse pessoal votou a favor do Temer. Para eles, não importa se o assessor do Temer carrega mala de dinheiro, desde que os seus interesses sejam atendidos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Para Ana Amélia, Lula precisa ser candidato em 2018

Apesar das críticas que faz às gestões petistas no governo federal, a senadora Ana Amélia (PP-RS) afirmou que seu desejo é de que o ex-presidente Lula possa voltar a se candidatar em 2018. Só assim, justificou, Lula e seu partido finalmente poderão enfrentar a “hora da verdade” de um “juízo político” pelos erros cometidos.

— Será a hora de vermos de que lado está e como a sociedade brasileira enxergou e vive a situação a que foi levada, com aumento da inflação, juros altíssimos, nas nuvens, concessões e incentivos fiscais.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Vanessa: política em relação ao petróleo lesa o país

A cadeia econômica do petróleo responde por cerca de 20% do PIB e 15% dos empregos, mas as medidas do governo visam atender as empresas estrangeiras e lesarão o Brasil. Essa é a opinião de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Vanessa ressaltou que o pré-sal é a maior descoberta da indústria petrolífera nos últimos 50 anos, com projeções conservadoras de 100 a 180 bilhões de barris, segundo a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Esse “gigantesco patrimônio”, diz a senadora, está sendo entregue às multinacionais “a preço de banana”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reguffe critica uso da máquina pública para obter votos

Reguffe (sem partido-DF) criticou o uso da máquina pública para obtenção de votos no Parlamento, ao comentar a sessão da Câmara dos Deputados que rejeitou a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer. Para ele, os órgãos do Estado devem servir ao cidadão e os membros do Congresso têm que votar com a consciência.

Ele afirmou que os políticos se apropriam de cargos públicos como forma de “construir e perpetuar máquinas políticas” e apresentou projeto que proíbe aos membros do Legislativo indicar pessoas para cargos no Executivo.



Valdemir Bonetto/Agência Senado

Eficácia do Programa Mais Médicos divide opiniões em audiência pública

Debate reuniu professores, que defenderam a contratação de cubanos, e organizações médicas, que criticaram a atuação dos estrangeiros

A ADOÇÃO DO programa Mais Médicos dividiu opiniões na audiência de ontem da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Pesquisadores defenderam a medida, que aumentou a cobertura médica para a população mais carente, mas entidades médicas criticaram a ação, que, para elas, permitiu a profissionais sem revalidação de diploma e sem treinamento considerado adequado atender aos cidadãos, “expondo-os a erros”.

Felipe Proenço e Vinícius Ximenes, professores das universidades federais da Paraíba (UFPB) e de Brasília (UnB) disseram que o programa foi importante para aumentar a cobertura de Atenção Básica e Saúde da Família, o acesso, a oferta de ações de saúde e para melhorar os indicadores e diminuir as internações da população, especialmente nos locais mais carentes. A iniciativa criada em 2013 levou 18.240 médicos a 4.058 municípios e 34 distritos indígenas brasileiros, elevando a média de profissionais por habitante e o atendimento à população.

Segundo Proenço, da UFPB, o programa permitiu o aumento de médicos, especialmente nos municípios com mais de 20% da população vivendo em extrema pobreza, nas regiões Norte e Nordeste. Ele ressaltou o efeito de equidade na distribuição, levando-os para onde não havia profissionais, e a importância das ações de atenção básica para essas populações, evitando complicações por doenças simples e desafogando a saúde pública especializada.

Formação

No entanto, eles também afirmaram que é essencial o Estado investir na educação e formação de novos médicos, caso contrário, dependerá cada vez mais de ações emergenciais, como o programa com profissionais estrangeiros, o que não é considerado o



Lídice (3ª à esq. na mesa) comandou o debate na Comissão de Assuntos Sociais sobre o Programa Mais Médicos

cenário ideal.

Vinícius Ximenes, da UnB, lembrou que o Mais Médicos está, pela Lei 12.871/2013, que o criou, associado à melhoria da formação dos profissionais de Medicina. Como exemplo do que deve ser feito e aprimorado, ele citou mudanças nas diretrizes curriculares que permitam menos simulações e mais contato com situações reais, diminuindo dificuldades de habilidade e com enfoque em conhecimentos que dialogam com as necessidades de saúde prevalentes na população.

Vinícius defendeu ainda a “universalização da residência”, com mais vagas de residência médica disponíveis aos egressos dos cursos de Medicina, ampliação dos mestrados para a docência médica e a abertura e manutenção de cursos de medicina nas áreas em que há mais carência de profissionais, como os estados do Norte e Nordeste. Em sua visão, assim é mais fácil que os profissionais se fixem ali.

Acesso ao SUS

Ronald Santos, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), lembrou que a atenção básica de saúde no Brasil precisa ser fortalecida, algo que o Mais Médicos propiciou, de alguma forma.

— O programa possibilitou a democratização do acesso ao SUS, a ampliação da atenção básica, a superação dos vazios assistenciais e da concentração de médicos nas capitais e grandes cidades.

Carreira de Estado

As organizações médicas criticaram o formato do Mais Médicos, que teria privilegiado a entrada de profissionais estrangeiros em detrimento dos brasileiros. Elas defenderam a criação de uma Carreira de Estado para médicos, enfermeiros e dentistas. Vinculados aos governos, mais profissionais seriam atraídos, e isso garantiria a oferta de trabalhadores da saúde para locais distantes, algo que o Mais Médicos prometeu e não cumpriu satisfatoriamente, segundo Alceu Pimentel, do Conselho Federal de Medicina (CFM).

— A gente não pode tratar a saúde no Brasil com programas temporários, que têm tempo para vencer e que têm, em seu início, um cunho eleitoral fantástico.

Proposta com esse teor (PEC 454/2009) aguarda análise na Câmara e cria a carreira de médico nos serviços públicos federal, estaduais e municipais, com remuneração inicial de R\$ 15.187,00, semelhante à

de juízes e promotores.

Pimentel criticou ainda o fato de as regras do programa terem sido elaboradas no ministério da Saúde, sem discussão com a sociedade médica ou a comunidade acadêmica.

TCU

O representante do CFM citou ainda dados de uma auditoria promovida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2015, constatando que em 49% dos primeiros locais atendidos pelo programa houve a dispensa de médicos brasileiros contratados anteriormente.

Seria mais justo, defendeu, se houvesse a aplicação aos estrangeiros da exigência de revalidação de diplomas no Brasil, além de um treinamento básico sobre protocolos de medicina.

Erros

Lincoln Ferreira, da Associação Médica Brasileira (AMB), disse que os médicos do programa cometeram inúmeros erros, quase sempre por desconhecimento dos protocolos de medicina do país. Segundo ele, na primeira fase, 15 mil brasileiros ficaram na fila para atuar no Mais Médicos, o que desmentiria o discurso de que não há demanda de médicos brasileiros pelo programa.

Cidinho defende cota para contratação de maiores de 55 anos

Cidinho Santos (PR-MT) defendeu o Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2017, de sua autoria, que reserva vagas nas empresas para pessoas com idade igual ou superior a 55 anos.

— Todos ganham, pois o trabalhador tem mais estímulo para retomar sua atividade e o empregador tem mais estímulo para contratar pessoas com mais de 55 anos. A Previdência Social também ganha, pois volta a arrecadar.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Armando parabeniza 2º lugar do Brasil na competição WorldSkills

Armando Monteiro (PTB-PE) destacou o segundo lugar obtido pelo Brasil na WorldSkills, a maior competição mundial de profissões técnicas. O senador participou da delegação que acompanhou o evento em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. Com 15 medalhas, o Brasil ficou apenas atrás da Rússia no total de pontos.

— O resultado confirma a excelência que mantém o Brasil na elite da educação profissional do mundo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Benedito de Lira elogia Codevasf e pede uso consciente da água

Benedito de Lira (PP-AL) elogiou a atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasf), que cuida da revitalização das bacias hidrográficas da sua área de atuação. Para ele, governos, empresas e cidadãos devem ter responsabilidade com o consumo consciente da água.

— Por isso é tão importante o trabalho da Codevasf, de cuidar dos recursos hídricos do Nordeste.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova projeto de acordo Brasil-Angola

Texto que segue para o Plenário prevê a colaboração nas áreas de ensino superior e formação de quadros, com intercâmbio de pesquisadores, além da troca de documentos e material científico

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o texto do acordo firmado entre Brasil e Angola nas áreas do ensino superior e da formação de quadros. O projeto segue para o Plenário do Senado.

O relatório sobre o PDS 173/2017, de Jorge Viana (PT-AC), foi lido por Cristovam Buarque (PPS-DF). Na análise, ele incluiu a manifestação do Itamaraty de que a efetivação do acordo está dentro da estratégia brasileira de aproximação com os países em desenvolvimento, especialmente com os africanos. Destaca-se também o estímulo ao desenvolvimento do ensino superior, que se dará mediante

o intercâmbio de pesquisadores, professores e estudantes, por parcerias entre os Ministérios da Educação de ambos os países e pelo oferecimento de bolsas de estudos.

O texto prevê a troca de

documentação e material científico; mobilidade de investigadores e docentes; promoção da formação avançada e concertação de posições nas organizações e fóruns internacionais, entre outras medidas.



Cristovam leu o texto de Jorge Viana na Comissão de Relações Exteriores



Fernando Collor preside reunião da Comissão de Relações Exteriores

Collor pede explicações à UE sobre acordo com Mercosul

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), solicitou ao embaixador da União Europeia (UE) no Brasil, João Gomes Cravinho, que esclareça por escrito ao colegiado quais são as dificuldades nas negociações do bloco europeu relacionadas ao acordo de livre comércio com o Mercosul.

Na reunião de ontem, Collor informou que negociadores de ambos os lados estão focados em superar impasses estabelecidos, a partir da posição da UE, de fixar cotas de importação de etanol e carne “que estão realmente muito abaixo” das expectativas sul-americanas. Em caso de superação do impasse, ainda fica possível fechar o acordo até o final do ano, segundo o senador.

Collor mencionou ainda que recentemente manteve dois encontros com Cravinho,

quando trataram sobre o rumo das negociações.

— Queremos ter da União Europeia uma manifestação por escrito sobre como se encontram hoje esses entendimentos. Se não é possível fechar o acordo até dezembro, como previsto, quais são as dificuldades? Nossa intenção é ajudar de alguma forma — disse o presidente da CRE.

Imperativo

O senador sublinhou o que chamou de “caráter imperativo” na relevância do acordo UE-Mercosul, para ambos os lados. Disse esperar que a UE não siga o exemplo atual dos Estados Unidos, de “erguer barreiras comerciais e até territoriais”.

Ainda afirmou considerar importante que os brasileiros manifestem sua posição de que não é este o tratamento esperado de nações amigas com as quais possuímos fortes laços comerciais.

Audiência discute emprego das Forças Armadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove na segunda-feira audiência pública sobre o emprego das Forças Armadas no século 21. O tema faz parte do ciclo de debates que discute o Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?

Na audiência, requerida por Fernando Collor (PTC-AL), será debatida a reestruturação da defesa nacional para responder a questões como

o que o Brasil pode fazer para dispor de Forças Armadas preparadas para enfrentar os cenários de conflito atuais, as alianças estratégicas e a perspectiva brasileira para os setores nuclear, cibernético e aeroespacial.

Também será discutido se é adequado o emprego das Forças Armadas na segurança pública e em outras missões não previstas na Constituição.

Foram convidados Augusto Wagner Menezes Teixeira

Júnior, professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Luiz Cristiano Vallim Monteiro, diretor institucional do Sindicato das Indústrias de Material de Defesa; e o contra-almirante Antonio Ruy de Almeida Silva, coordenador da pós-graduação da Escola Superior de Guerra (ESG).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Subcomissão fará debate hoje sobre saúde e segurança no trabalho

A saúde e a segurança no ambiente de trabalho serão o tema de audiência interativa, hoje, promovida pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, ligada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A subcomissão é presidida por Telmário Mota (PTB-RR).

Foram convidados o diretor de Assuntos Jurídicos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Luiz Antonio Colussi; o procurador do Trabalho Raymundo Lima Ribeiro Júnior; a presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, Marcia Bandini; e o auditor-fiscal do Trabalho Francisco Luís Lima.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Telmário relata “caos” da imigração em Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) destacou, em pronunciamento, carta recebida de vereadores de Boa Vista, capital de Roraima, sobre os problemas que a cidade enfrenta, devido à imigração desordenada, principalmente da Venezuela e do Haiti.

Segundo os vereadores, Boa Vista tem enfrentado problemas no saneamento básico e sobrecarga na rede de saúde. Telmário disse que, por falta de moradia, muitas crianças estão trabalhando nos sinais de trânsito com seus familiares, e dormindo na rua.

— Demonstramos sempre esse caos que essa migração, sem ordenamento e sem amparo legal do governo federal, está criando. E mais uma vez estamos encaminhando a todos os órgãos competentes e solicitando as providências.



Gurgacz quer recursos para Amazônia Legal

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu projeto de sua autoria que institui reserva especial para os estados da Amazônia Legal que abrigam unidades de conservação da natureza e reservas indígenas demarcadas. O PLS 375/2017 determina que 2% do dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE) seja destinado à reserva. Na Amazônia Legal estão concentradas 98% das áreas de conservação do país, fato que, segundo ele, limita o desenvolvimento de atividades econômicas.

— Esses recursos seriam utilizados em ações de proteção da floresta e para desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, apontadas na política de desenvolvimento sustentável de cada estado da Amazônia Legal — explicou.



Medeiros defende construção de estradas em MT

José Medeiros (Pode-MT) relatou visita que fez ao município de Colniza, no norte do Mato Grosso, onde discutiu com políticos locais a possibilidade da construção da BR-242 e de trecho da BR-158, que atravessa reservas indígenas. Ao elogiar a discussão do tema pela Frente Parlamentar dos Vereadores da região, ele disse que a política deve trazer solução para os problemas e apontar rumos para o país. Também afirmou que o maior anseio da população mato-grossense é a construção de estradas para o escoamento da produção, para transporte de doentes para hospitais e para promover o desenvolvimento do estado.

— Eles não querem saber de “fora, Temer” ou “fica, Temer”, ou se saiu Dilma. Eles querem desenvolvimento.



Raupp destaca importância do Projeto Rondon

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou no Plenário ontem que o Projeto Rondon completou 50 anos em julho.

O programa já passou por 863 municípios, desenvolveu 157 atividades e envolveu quase 20 mil pessoas.

Interrompido em 1989 e reabilitado no primeiro governo do presidente Lula, o projeto tem como prioridade desenvolver ações sociais nas cidades mais pobres do país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

— É juntar a necessidade premente de assistência social e de ações de Estado em benefício de comunidades carentes com a necessidade de desenvolver o espírito cidadão, patriota e solidário dos nossos jovens universitários — ressaltou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado



O senador Antonio Anastasia (C), relator da Comissão Mista de Desburocratização, conduz a audiência pública

Órgão emissor de patentes se queixa de falta de servidores

De acordo com presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, funcionários atuais têm capacidade para analisar apenas 20 mil dos 30 mil pedidos de patente que chegam a cada ano

O CONTINGENCIAMENTO DE recursos e a falta de servidores prejudica a concessão de patentes no Brasil, que pode levar mais de 14 anos no caso de medicamentos. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Luiz Otávio Pimentel, em audiência pública na Comissão Mista de Desburocratização.

Ele propôs a adoção de processos simplificados como forma de reduzir a burocracia, eliminar gargalos e dar celeridade ao exame dos processos. Em países avançados, explicou, a espera costuma ser de 4 anos. No Japão, é de 11 meses.

— Nosso estoque de pedido de patente é de 230 mil processos. Anualmente, entram 30 mil novos pedidos. A nossa capacidade técnica de decisão é da ordem de 20 mil. Temos apenas 200 examinadores, cuja produtividade é de 55 decisões técnicas por ano. A média hoje de tramitação é de 12 anos e meio. Na área de patente farmacêutica, está passando de 14 anos — afirmou.

No caso de medicamentos, os pedidos têm que passar pela anuência prévia da

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para então serem apreciados pelo INPI, o que costuma provocar impasses na concessão das patentes.

— Temos poucos técnicos para atender a demanda corrente. Queremos ter um quantitativo de 500 examinadores. Hoje são 21 mil pedidos de farmacêuticos que devem ser analisados. Temos 120 examinadores para essa área, mas, quando passa pela Anvisa, isso gera um tempo maior. As alternativas podem ser resolvidas no âmbito administrativo. Nossa legislação é moderna. O INPI não pode ter recursos contingenciados.

Mudanças constantes

O gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, Bruno Quick, chamou a atenção para a questão da semi-informalidade de empresas que não atendem à legislação, o que afeta a competitividade.

— Hoje é impossível no Brasil haver profissionais de contabilidade que afirmem conhecer com segurança as regras que vigem no país. Os países desenvolvidos no ambiente de negócios têm periodicidade para alteração

de regras. Não se pode mudar regra todo dia. Há alterações constantes de regras de ISS, IPTU, ICMS. Talvez aí esteja o maior problema que temos hoje no ambiente de negócios.

O gerente-executivo de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), João Emilio Gonçalves, defendeu a adoção imediata de medidas de aumento da produtividade. Ele observou que “o Brasil faz muito se a gente considerar o entrave que a pessoa precisa enfrentar”, acrescentando que a burocracia resulta em desperdício de tempo e energia.

— A análise de patente hoje, a depender do setor, pode chegar a 14 anos. Existe ainda incerteza se o exame resultará em concessão. Essa demora é prejudicial tanto para o setor empresarial como para a dinâmica de concorrência na economia, para o poder público e para a sociedade.

O presidente do Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil, Paulo Roberto Gaijer Ferreira, disse que a atividade do cartório de notas não é “uma maldição de Portugal” trazida ao Brasil, estando presente em 87 países, que contam com o mesmo tipo de proteção jurídica.

Pauta Feminina debate resultados de conferência

A valorização da diversidade feminina, da “desmedicalização” e da discussão de gênero marcaram a 48ª Pauta Feminina, organizada pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara, entre outros parceiros.

O encontro avaliou os resultados da 2ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher, realizada em agosto.

Recém-chegada da Rússia, onde participou de assembleia da União Interparlamentar, a procuradora especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), exibiu tabelas elaboradas pela consultoria do Senado, que

relacionam a violência contra a mulher à falta de espaço para sua participação política.

— Há uma relação entre essas duas tabelas que mostra que a falta de empoderamento nos fragiliza, nos vulnerabiliza, e nos transforma em objetos, sujeitas à violência, à opressão, à depressão e às doenças.

A representante da Coordenação de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Kátia Souto destacou o peso do movimento de mulheres na transformação da saúde materno-infanti e em políticas para mulheres, independentemente de serem mães.

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald

Santos, disse que a luta das mulheres na saúde têm um grande valor civilizacional diante da “blitz nazista” que ameaça conquistas na saúde, na ciência e tecnologia, na economia e na seguridade social.

A assessora Paula Benett, da Coordenação de Promoção de Direitos da Diversidade do governo de Brasília, disse que há uma espécie de pirâmide de hierarquização das pessoas.

— No topo da pirâmide está o homem, que deve ser branco, rico, jovem, cisgênero, heteronormativo, soronegativo; no outro extremo, vem a pessoa que é mulher, negra, pobre, idosa, trans, soropositiva, de orientação homossexual.

Educadores e lideranças políticas defendem Fundeb permanente

Professores, profissionais de educação e lideranças políticas se mobilizaram ontem, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em defesa da proposta de emenda à Constituição que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Pela legislação atual, o fundo deve terminar em 2020.

O evento faz parte de um ciclo de debates promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre o tema “A importância do Fundeb para o desenvolvimento regional”.

Presidente da CDR e relatora da proposta (PEC 24/2017), Fátima Bezerra (PT-RN) ressaltou que o Fundeb representa muito para a educação básica, que “não tem como sobreviver sem ele”. A senadora defendeu

o aumento da participação do governo federal no fundo.

Fátima disse que, até o fim de novembro, pretende elaborar o parecer da PEC para que ela seja votada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e no Plenário do Senado.

O vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul, Marcelo Mallmann, ressaltou que, sem o Fundeb, as secretarias de Educação municipais vão falir.

— Sem ele, o país não tem condições de manter as políticas públicas educacionais.

Mallmann disse que, além do Fundeb, a Undime defende a urgência de se discutir novas fontes de financiamento. Segundo ele, sem essas novas fontes dificilmente o país conseguirá atingir as metas do Plano Nacional de Educação.



Fátima Bezerra (C) conduz audiência pública da CDR em Porto Alegre

Senador que tornar obrigatória contratação de brigadistas

O presidente da Comissão Senado do Futuro, Hélio José (Pros-DF), defendeu a obrigação de contratar bombeiros civis, conhecidos como brigadistas, para a proteção de prédios e eventos. A declaração foi dada ontem em audiência pública sobre a profissão de bombeiro civil, que reuniu representantes da categoria.

Essa foi uma das principais reivindicações dos participantes do debate. De acordo com eles, apesar de não ser prevista na lei atual que rege a categoria, a obrigatoriedade está em outras normas que não são cumpridas.

Diferentemente dos bombeiros militares, que são servidores públicos vinculados aos estados e ao Distrito Federal, os bombeiros civis trabalham dentro de empresas e am-

bientes públicos e privados, como shoppings, hospitais e faculdades, por exemplo.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal, Marcondes Barbosa, a atual lei da categoria sofreu vetos para evitar conflito com bombeiros militares. Ele garantiu que os brigadistas não querem competir com os militares, mas sim fazer com que a lei seja cumprida.

Hélio José disse que vai usar o debate para colher subsídios e elaborar um projeto de lei. O texto deve tratar da criação de um conselho federal da profissão, de parâmetros para o trabalho, da instituição dos cursos de graduação e técnicos de qualificação profissional e da obrigatoriedade de contratação.



Hélio José (C) fala sobre regulamentação do trabalho dos brigadistas